

O capital imperialista arquitetou e derrubou o Plano de Estabilização de FHC

Que a bancarrota do Plano Real só recaia sobre os capitalistas

O Plano Real foi criado para o Brasil continuar pagando as dívidas interna e externa e para facilitar a penetração do capital financeiro internacional. Criou-se a ilusão de que o fim da inflação, a moeda forte e a abertura de crédito para o consumo da classe média seria o melhor dos mundos e que este seria duradouro. Sob esta máscara, o governo FHC passou a aprovar no Congresso e a aplicar violentas medidas antinacionais e antipopulares.

Entreguismo descarado: privatização das estatais, abertura de mercado, lei das patentes, facilidade para remessa de lucros, altas taxas de juros para encher os cofres dos especuladores e todo tipo de proteção ao capital parasitário.

Choque recessivo: altas taxas de juros, rebaixamento da massa salarial, estagnação das exportações e aumento de impostos.

Ataque à vida dos trabalhadores: arrocho salarial, desemprego em massa, desmonte da Previdência, corte de verbas para os serviços públicos.

Quebra do país: agigantamento da dívida interna e externa, desequilíbrio comercial, déficit elevado nas contas correntes e explosão no déficit público, retrocesso na agricultura, liquidação de parcela industrial e falência dos estados.

Vantagens: encheu os cofres dos financistas internacionais e favoreceu as multinacionais.

Pois bem, a farsa da estabilização desabou. Os espe-

culadores “fugiram” com seus capitais enriquecidos. Atrás deles, um Brasil mais pobre e milhões de trabalhadores desempregados. Mas a mina de ouro é inesgotável para o saque imperialista. O governo FHC se dispõe mais ainda a continuar com o Plano pró-imperialista. As privatizações vão continuar, mais impostos virão etc. Se os trabalhadores não derem um basta, o esmagamento será ainda maior.

Os reformistas do PT e a burocracia sindical continuam ajoelhados perante o governo e a ofensiva do imperialismo. As manobras para quebrar o movimento da Ford são uma clara demonstração de seu papel traidor. É hora de um basta! Que só os capitalistas paguem a bancarrota do Plano Real.

Nós, trabalhadores, levantamos a bandeira de expropriação do grande capital imperialista e de seus laços nacionais. Nacionalização do comércio exterior. Não pagamento da dívida interna e externa. Fim das demissões e do desemprego, implantando a escala móvel das horas de trabalho. Fim da fome e miséria, implantando o salário mínimo real. Terra aos camponeses, tomando as terras e acabando com os latifúndios.

Com este programa lutar pela implantação do controle operário da produção e constituição de uma frente única antiimperialista. Nossa estratégia: derrubada do poder burguês e implantação de um governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Nosso método para enfrentar os capitalistas: greves, ocupações, bloqueios e autodefesa armada.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO X - Nº 166 - 2ª QUINZENA DE JANEIRO DE 1999 - R\$ 1,00

Quinzena de Luta do Movimento Operário

A ordem dos capitalistas é aumentar a exploração sobre a classe operária para garantir o lucro

Nossa resposta deve ser com luta

NACIONAL



Segundo dados apresentados pela imprensa burguesa, o objetivo das montadoras é demitir, em média, 30% dos trabalhadores na indústria automobilística nos próximos quatro anos. A Ford já anunciou que demitirá 8.800 operários em todo o mundo e destinou US\$ 950 milhões para pagar as 'indenizações'. Dos 8.800 que serão demitidos, 4.600 estão na América Latina. O restante será na Europa e nos Estados Unidos. Na fábrica da Argentina, o corte de 1.500 dos 3.500 operários já é certo, basta que estes voltem das férias coletivas, que termina no próximo dia 18. No Brasil, o objetivo da montadora é demitir muito mais do que os 2.800 operários anunciados na fábrica de São Bernardo. Tanto é que já fala em excedente de 700 (40%) dos 1.730 trabalhadores da fábrica do Ipiranga. Nas outras montadoras, as demissões também continuam a todo vapor. A GM avisou que iria demitir mais mil operários no ABC e o sindicato correu e fechou acordo com os patrões para que as demissões se dessem de forma gradativa, pela chamada 'Lay-off', que são as demissões temporárias, que brevemente se tornarão definitivas, pois não há nenhuma garantia de emprego. Logo após o 'acordo' o pelegão traidor presidente do Sindicato, o 'Cidão' declarou que "caso os trabalhadores não concordassem com a medi-

da, poderiam 'optar' pela demissão voluntária". Na Volkswagen, serão demitidos 5 mil operários nos próximos cinco anos, nas fábricas de São Bernardo e Taubaté, segundo informações do próprio sindicato. O que demonstra o quanto é falsa a idéia de que o acordo de redução de horas de trabalho e salários serve para evitar demissões. Na GM, Scania, etc. a situação não é diferente. No geral, nos últimos três anos, as montadoras fecharam 70 mil postos de trabalho na grande São Paulo, só na base territorial da CUT. Ou seja, em 1996, a central contava com 150 mil trabalhadores em sua base. Hoje conta com 80 mil. Como se vê, para os capitalistas, a forma como os cortes são feitos não importa, desde que se façam. Utilizam de formas diferentes para implementar uma mesma política. Banco de horas, demissões, voluntárias, redução de trabalho com redução salarial, etc. servem apenas a um propósito: aumentar a exploração para preservar o lucro. Consideram que demitir operários é como amputar uma perna para preservar o corpo, como se eles mesmos e seu sistema não fossem a própria doença.

Na Ford a encenação da direção do sindicato e da CUT continua

Diante das demissões anunciadas pela montadora, a direção do sindicato, que se diz contra, continua com suas 'estratégias' para barrar os ataques: 1) Ocupação da fábrica de mentirinha (pacífica e sob concordância patronal); 2) Ceia de natal para os "coitadinhos" demitidos; 3) ocupação simbólica de revendedoras da montadora; 4) ganhar o apoio da igreja e da sociedade civil; 5) Correr atrás de parlamentares, governadores, do Governo Federal etc etc. Está claro que, com essa política, a burocracia sindical procura apenas desviar a atenção dos trabalhadores, para que estes não utilizem seus próprios métodos de ação. Os traidores não querem, de forma alguma, combater o desemprego. As propostas apresentadas por Marinho, presidente do do sindicato (aumento do IPI, renovação de frota, redução de salários etc), como supostas formas de evitar ou rever as de-

missões, não visam, nem de longe, esse objetivo. Ao contrário, servem para aumentar ainda mais o lucro da montadora. Vicentinho está propondo até que os desempregados façam uma marcha até Brasília e cita o exemplo dos sem-terra, como se o problema no campo estivesse resolvido. Porém, os capitalistas respondem que é pouco e dizem o que querem: fazer cada operário no Brasil, que hoje fabrica 30 carros por ano, produzir 70, no mínimo.

A resposta operária para a crise capitalista deve ser com ação direta

Se é certo que os capitalistas em crise procuram compensar os prejuízos nas costas da classe operária e demais trabalhadores, retirando-lhes as mais elementares conquistas, rebaixando-lhes os salários e, por fim, retirando-lhes o emprego, não é menos certo que o caminho a ser seguido pelos operários passa necessariamente pela luta direta. Isso porque se trata de uma questão de vida ou morte. A classe capitalista sobrevive às custas da escravidão da classe operária, e esta, por sua vez, para se livrar do jugo e da escravidão, precisa destruir o sistema e a classe que o escraviza.

Atualmente, os capitalistas estão impondo aos trabalhadores a chamada 'política de flexibilização das relações trabalhistas', pela qual têm retirado uma fatia cada vez maior dos salários. O ataque ora vem por meio de pacotes lançados pelo governo, ora por acordos fechados com a burocracia, porém ambos se complementam e o resultado é o mesmo: milhões de trabalhadores na rua e, por consequência, aumento da fome e miséria. Tudo para preservar o lucro. Não será, pois, seguindo a política de conciliação de classes dos 'pacifistas', que a classe operária se livrará da escravidão capitalista. Contra a violência reacionária dos exploradores, a violência revolucionária dos operários. Nada de acreditar que é possível fazer acordo com os patrões. Não aceitemos as demissões e nem redução de salário.

Contra os ataques: GREVE COM OCUPAÇÃO DA FÁBRICA SOB O CONTROLE OPERÁRIO.

Governo e capitalistas pretendem despejar os custos da quebra do Plano Real sobre as massas

A desvalorização do Real frente ao dólar passou de descartada a inevitável na visão do governo. Há vários meses que setores burgueses vinculados à exportação pressionavam o governo para que fosse flexível na sua política monetarista, desvalorizando o Real. Mas as pressões norte-americanas no sentido oposto se impuseram. Quando se dava a desvalorização generalizada de moedas frente ao dólar (Japão, Leste Asiático, Rússia etc.), colocou-se a ameaça de uma quebra no processo de crescimento econômico ianque, então já reduzido por suas próprias contradições internas. A desvalorização do Real naquele momento levaria a uma reação em cadeia pela América Latina, isolando a moeda dos EUA e criando fortes pressões favoráveis às importações, que cerceariam a produção interna. Tanto é assim que uma das condições para o acordo com o FMI era justamente a garantia pelo governo brasileiro de que não desvalorizaria o Real.

Porém, justamente esse acordo, que se materializava no pacote FHC/FMI, impunha ao país um ajuste fiscal brutal, com cortes de gastos e aumento de impostos, dentre outras medidas, as quais, aliadas aos juros mais altos do mundo, estrangulariam fortemente a economia brasileira.

A denúncia de Itamar Franco da incapacidade de seguir cumprindo os pagamentos da dívida externa do estado de Minas Gerais expôs um problema geral, de pelo menos 11 estados, de impossibilidade material de cumprir com seus compromissos com os credores externos. Comprovou a impossibilidade de aplicação plena do ajuste fiscal acertado com o FMI, pois trata-se de um pacote de medidas que depende dos resultados das contas da União, estados e municípios. Os credores externos, o FMI e o próprio governo perceberam que não seria possível compensar a inadimplência dos estados por meio de mais pacotes. O enfraquecimento de FHC diante do aumento das disputas interburguesas e as fortes tendências recessivas comprovaram a impossibilidade e o alto risco de persistir no artificial sobrevalor do Real. Passou-se a negociar a desvalorização. Que implicava a saída de Gustavo Franco do Banco Central.

O diretor-geral do FMI Michel Camdessus deu o sinal verde para a desvalorização no dia 8, sexta-feira, quando se decidiu também pela queda de Gustavo Franco. As imprensas norte-americana e européia comentavam a quebra do plano Real antes da demissão de Franco. As bolsas de valores despencavam desde a segunda-feira, 11, movidas pelas informações sobre as mudanças na economia.

O problema era como realizar a desvalorização de modo progressivo, não de uma tacada só. Porque a maxidesvalorização poderia levar ao descontrole total da economia e à abertura de uma crise política e social imprevisível. Estimava-se uma supervalorização de 25% do Real frente ao dólar. Ao final da primeira semana de câmbio liberado,

o dólar já disparava 40% sobre o Real.

Alguns setores da economia serão imeditamente favorecidos. Os exportadores ganharão muitos reais a mais por suas exportações. Mas estão cientes de que será muito difícil aumentar significativamente a participação brasileira no comércio internacional, porque tem havido desvalorização das outras moedas frente ao dólar há tempos, que o Real não acompanhou.

Grande parte da produção nacional estará fortemente prejudicada. A importação de insumos multiplicou-se nos últimos quatro anos, quebrando definitivamente alguns setores nacionais. Os automóveis, por exemplo, contam com no mínimo 40% de suas peças importadas. O trigo consumido no Brasil conta com 90% de importação. Um terço de petróleo gasto ainda é trazido de fora do país. Esses exemplos já implicam por interrelação em grande parte da economia. A volta da inflação já é fato. O ministro Celso Lafer veio à São Paulo para negociar com setores que já estão negociando tudo em dólares. O que se calcula é quanto será o aumento dos preços. Em outras palavras, o quanto serão arrojados os salários.

A crise do Real está intimamente ligada à crise internacional. Às vésperas da desvalorização do Real, o Japão comprou num só dia 4 bilhões de dólares, a fim de desvalorizar sua moeda frente ao dólar e conter a sistêmica queda de suas exportações. A tendência geral de desvalorização das moedas está ligada às tendências recessivas na economia mundial. Os principais elementos da crise têm se avolumado e somado. As bolsas de valores contam com desvalorizações gerais. As cotações das ações estão refletindo a queda na produção, a desvalorização das mercadorias e o esgotamento das políticas de elevada rentabilidade artificial, apoiadas nas altas taxas de juros pagos pelos países semicoloniais orientados pelo tacão dos planos do Fundo Monetário Internacional.

O parasitismo financeiro desenvolveu nos últimos quinze anos um tipo de especulação vinculado à produção de matérias-primas (derivativos), que hoje ultrapassa um terço do volume trilhonário de aplicações financeiras. Tornou-se incompatível a rentabilidade equiparada das altas taxas de juros com papéis de valor ligado a matérias-primas em queda. A retração da economia mundial impôs a redução brutal de consu-

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NÃO NORTE E NORDESTE EScreva PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

mo de metais e petróleo. Países exportadores de minérios, como Chile e Bolívia, sentem profundamente a queda das exportações e dos preços. O imperialismo é obrigado a atuar no mercado para sustentar artificialmente o preço do petróleo, que poderia estar abaixo dos 9 dólares por barril, ampliando as perdas nas bolsas de valores.

Há uma tendência da burguesia internacional em procurar novos meios de defesa dos lucros diante da recessão, que vai se impondo, e do aparente esgotamento das políticas neoliberais. A ofensiva sobre os salários e

direitos trabalhistas tem sido o caminho preferido. A tendência é a de ataques profundos contra o proletariado, fundamentalmente a classe capaz de criar valor a ser expropriado pelos capitalistas. A linha burguesa é a de ampliar a superexploração do trabalho a níveis insuportáveis. Essa linha é aplicada de formas diferentes e em seqüências distintas, mas sempre caminha sob o mesmo objetivo: reduzir o número de operários na produção, aumentar seu ritmo e jornada de trabalho e reduzir-lhes salários e direitos trabalhistas.

O que vemos acontecer nas montadoras de veículos é uma tendência geral da produção capitalista. A imposição de demissões, redução de salários, bancos de horas, demissões temporárias etc. são medidas interre-

lacionadas, utilizadas uma em função da outra, para que todas se apliquem.

A crise capitalista afetará profundamente as massas em geral, e a classe operária em particular. Esta deverá reagir, ainda que sob bloqueio da burocracia sindical conciliadora com os capitalistas. É preciso unificar e generalizar as lutas para orientá-las rumo à derrubada do pacote e do plano FHC/FMI. A defesa intransigente das condições de vida e trabalho dos oprimidos levará inevitavelmente a esse confronto, que colocará em cheque o modo de produção capitalista, a opressão imperialista sobre o país e o poderio da burguesia.

Aumenta a opressão nacional

Cresce a penetração do capital estrangeiro na economia brasileira

O Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudo de Empresas Transnacionais) divulgou um estudo, realizado durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, mostrando o aumento da presença do capital estrangeiro na economia nacional. No período de 1994 até 1997, os investimentos estrangeiros diretos cresceram mais de 7 vezes. Ou seja, passaram de 2,6 bilhões para 18,7 bilhões de dólares. Há estimativas de que em 1998 esse montante chegou a 23 bilhões.

De 1994 a 1998, a participação do capital estrangeiro no patrimônio líquido das empresas duplicou. No ano de 1994, era de 65,9 bilhões de dólares e, em 1998, atingiu 129,4 bilhões de dólares.

Cresceu também a atuação dos investimentos estrangeiros em Bolsas e em aplicações de renda fixa. Em 1994, eram 25,2 bilhões e, em 1997, 53,3 bilhões.

Esses investimentos, segundo a pesquisa, não foram capazes de conter os desequilíbrios nas contas externas do Brasil. Em 1994, as exportações eram superiores às importações. A partir de 1995, houve uma inversão. A partir de, em 1997, as importações representaram 10,19% do PIB e as exportações somente 7,56%.

Somado a isso, houve o crescimento das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Em 1994, as remessas eram de 2,9 bilhões e, em 1998 atingiu 7,1 bilhões de dólares.

Outro dado importante: de 1994 a 1997, 74,7% das máquinas e equipamentos adquiridos no Brasil eram nacionais. Havia uma importação de 25,3%. Em 1997, 58,8% era nacionais e 41,2% eram importadas.

De acordo com o estudo da Consultoria EF&C, a participação dos bancos estrangeiros no sistema bancário nacional foi enorme. Com o título: "Os bancos vão às compras em 1998", foi publicada uma lista dos bancos nacionais e seus compradores estrangeiros. Nesta constam o Banco Real, que foi adquirido pelo capital holandês (ABN-Amro); o Bandeirantes pelo português (Caixa Geral de Depósitos); o Brascan pelo inglês (Mellon Bank); Excel Econômico pelo espanhol (Bilbao Vizcaya); Mappin pelo norte-americano (GE Capital); Garantia pelo suíço (Credit Suisse First Boston) e o Bandepe pelo capital holandês.

A pesquisa conclui: 1) que "do total dos ativos dos 20 maiores bancos privados em atuação no Brasil, 34,63%, ou 84,4 bilhões de dólares terminaram o ano (1998) em mãos estrangeiras"; 2) "os bancos maiores foram às compras", o que mostra a concentração de capital no setor; 3) "os principais compradores vieram de fora", ou seja, o capital estrangeiro ampliou sua interferência direta no sistema bancário nacional.

A burguesia nacional e seu governo justificam o aumento da penetração direta do capital estrangeiro com o receituário neoliberal. Repetem como papagaios os argumentos imperialistas de que o Brasil "mudou seu modelo de desenvolvimento". "Saiu de uma economia fechada para um sistema aberto".

Na verdade, a explicação é outra: a economia nacional escancarou suas fronteiras para o capital estrangeiro. Este abocanhou estatais, comprou bancos nacionais e ainda saqueou livremente o país enviando remessas altíssimas para as metrópoles.

O Plano de Estabilização, aplicado por FHC, cumpre o objetivo de abrir a economia nacional para o capital imperialista. Ao invés de se modernizar e desenvolver, o Brasil ficou mais pobre, perdeu seu patrimônio estratégico (empresas estatais nos ramos-chaves da economia), reduziu sua participação no mercado mundial e se tornou mais submisso ao capital estrangeiro.



Governadores da oposição nas mãos do governo federal

A moratória de Itamar só serviu para FHC justificá-la como causa da perda de credibilidade perante os credores internacionais. Isso porque o adiamento por 90 dias do pagamento da dívida do estado mostra a intenção do governo de Minas de cumprir o acordo depois desse prazo, e também porque o governo federal tem meios para confiscar o valor correspondente. O fato é que os estados têm uma autonomia fiscal extremamente reduzida. No acordo, está previsto que a União poderá reter o repasse ao estado que não cumpri-lo.

No dia 6 de janeiro, Itamar anuncia a moratória; no dia 11, o governo federal bloqueou o repasse do Fundo de Participações e do Imposto de Importação e Exportação. O governador de Minas foi para a justiça. O conflito virou um litígio judicial. O governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do PT, resolveu ser mais comedido. Depositou em juízo. Abriu também um processo legal no Judiciário. Como se pode ver, a oposição burguesa (ala do PMDB) e pequeno burguesa reformista (PT) objetivam anular na Justiça o acordo feito pelos governadores que os antecederam.

Aquilo que pareceu ser um ato de coragem do governador de Minas, não é preciso falar sobre a covardia de Olívio Dutra, não passou de uma calculada atitude de contestação judicial. O que pretendem é apenas renegociar o pagamento, uma vez que os estados estão falidos. Itamar justificou: ou pagava o funcionalismo e os fornecedores, ou cumpria o acordo. Como oposição, o melhor era começar o governo pagando o funcionalismo e evitando o caos administrativo.

Evidentemente, a falência dos estados é fato. O governo FHC, para implantar o Plano de Estabilização (Plano Real), teve de impor um limite à descentralização regulamentada pela Constituição de 1988. Os estados tiveram seus orçamentos condicionados ao pagamento dos credores internos e externos. E o Plano Real acabou por agravá-los devido às altas taxas de juros. A base econômica do problema poderá agravar os choques entre a oposição e governo federal. Até mesmo envolver parte dos governadores oficialistas que estão com a corda no pescoço.

Mas a atitude da oposição é legalista. Exigem apenas que tenham as condições mínimas para governar e que possam fazer oposição puramente institucional e sem choques que possam trazer a população para as ruas contra o governo vendilhão (pró-

imperialista). A manifestação programada no dia 18 em Minas foi de apoio a Itamar, quando todos governadores presentes se negavam a decretar a moratória e mobilizar as massas em cada estado num movimento unificado. Os pequenos atos demagógicos e de mera pressão parlamentar é o máximo que os reformistas podem fazer. O contrário disso depende da luta espontânea dos trabalhadores.

A CUT, sindicatos e esquerdistas pretendem fazer da demagogia oposicionista um meio para desviar a luta dos trabalhadores por sua reivindicações próprias. Essa política submete os sindicatos às lutas interburguesas. Passa-se até uma borracha no fato de Itamar ter sido o vice de Collor, tê-lo sucedido e apadrinhado FHC.

A reunião do dia 18

O resultado da reunião dos governadores oposicionistas (PT/PDT/PSB/ala PMDB) foi desmoralizador. A maioria já tinha pago. Itamar ficou isolado. O receio do governo federal de que todos governadores da oposição seguissem a moratória e complicassem a crise política aberta pelo naufrágio do Plano Real foi dissipado.

Antonny Garotinho condenou a posição de Itamar imediatamente à moratória. Olívio Dutra prestou solidariedade hipócrita. Nem mesmo o governador de Alagoas (PSB), cujo estado é o mais quebrado, Ronaldo Lessa, se animou a seguir Itamar. Todos se perfilaram em torno de uma palavra de ordem: renegociar a dívida através do diálogo. Isso quando o governo federal já tinha dito a Itamar que não haveria renegociação e cumpri-se os termos do acordo. Assim, a reunião do dia 18 já estava com o resultado pré-determinado.

Formou-se uma comissão para entrevistar-se com FHC e abrir o tal do diálogo, palavra tão a gosto dos reformistas do PT. E se FHC disser à comissão que nada pode fazer porque o acordo das dívidas estaduais é parte de um acordo mais geral com o Fundo Monetário Internacional (FMI)? O Encontro de Minas não teve resposta. Mas o governador do Rio antecipou que cada estado vai "tomar suas medidas de acordo com sua necessidade". (Folha SP, 19/1) É bem provável que Antonny Garotinho tenha razão, uma vez que os interesses e a situação estaduais são distintos.

O "espírito" do oligarquismo não poderia deixar de presidir a reunião da oposição burguesa. Um exemplo

petista: "Para o governador do Acre, Jorge Viana (PT), a hipótese da suspensão do pagamento da dívida seria suicídio político. A maior parte da receita do Estado, cerca de 85%, é composta por repasses federais." (Folha, 19/1). Não é por acaso que os jornais burgueses avaliaram que "os petistas foram os mais moderados".

O novo Pacto Federativo de Olívio Dutra

Desde as eleições, Olívio Dutra levantou a bandeira de "novo pacto federativo". Refere-se à tremenda centralização, à estrutura de arrecadação e à guerra fiscal. Como dissemos, por conta do Plano de Estabilização pró-imperialista, o governo impôs aos estados o Fundo de Estabilização Fiscal, a Lei Kandir e passou a exigir a aplicação da Lei Camata, que obriga os governos a não gastarem mais de 60% do orçamento com a folha do funcionalismo. Diga-se de passagem que nesta constam os aposentados e inativos. Um outro aspecto é que os estados deveriam reduzir seu endividamento privatizando até mesmo saneamento básico.

Não importa se o governo é ou não da oposição, se está ou não de acordo com as medidas acordadas com imperialismo (FMI), todos têm de seguir a determinação do governo federal. Qual é a situação concreta? Os estados estão com seus tesouros controlados pela União e amplamente deficitários. Os serviços públicos e o aparato repressivo (polícia) já não podem ser sustentados nas condições mínimas. Os atrasos salariais começam a se generalizar. A greve do aparato policial em Minas, Pernambuco, Ala-

Nacional



goas, Espírito Santo, e que chegou a ameaçar de eclosão em São Paulo, expressa o tamanho do rombo dos estados. É de máximo interesse da burguesia manter em bom funcionamento a estrutura repressiva do estado.

A guerra fiscal foi assim chamada pelo fato dos estados subsidiarem faustosamente a instalação e transferência de fábricas numa concorrência desenfreada. O governo do Rio Grande do Sul é apenas um dos casos de escandalosos subsídios às multinacionais e grandes grupos nacionais. Isso enquanto os estados sucateiam os serviços mais elementares destinados à população.

Diante desse quadro, Olívio Dutra diz que é preciso um "novo

pacto federativo". O que significa criar condições de governabilidade dos estados pela União. Dar aos estados mais autonomia financeira e meios compatíveis de arrecadação, afrouxando assim a férrea centralização da União, eis o verdadeiro sentido do "novo pacto federativo".

O processo histórico impôs a centralização autoritária na constituição federativa do Brasil, que está por detrás da impossibilidade do desenvolvimento pleno da democracia burguesa (a autonomia dos estados é parte do problema democrático).

O impasse atual dos estados está determinado pela submissão da burguesia e do governo aos ditames do capital imperialista. A idéia de "um novo pacto federativo" obscurece a raiz da desintegração nacional como resultado da crise estrutural e da opressão imperialista: isso é a falência dos estados.

É uma ingenuidade do reformismo pretender amenizar (para não dizer resolver) o conflito federativo com ne-

gociações, pactos e concessões da União. A atitude medrosa dos governadores petistas, que sequer aceitaram fazer um pequeno desafio ao governo entreguista, mostra bem o que significa o "novo pacto". O reformismo petista vem comprovando nos fatos sua incapacidade de enfrentar os grandes problemas nacionais (também os pequenos), que sobressaltam com a crise estrutural do capitalismo. Não haverá pacto algum que tire os estados da ruína.

Somente o programa do proletariado reúne as condições para isso, uma vez que conduz à independência total frente ao imperialismo e coloca a economia sob o comando dos explorados. O rompimento com a fabulosa dívida, o fim do domínio do capital parasitário, o rechaço aos acordos espoliadores e todo tipo de imposição das multinacionais são um passo necessário para começar a modificar o curso da desintegração econômica e social do país semicolonial.

Para Jorge Viana (PT): "Não é hora de derrotar FHC"



O governador petista do Acre, nem bem começou seu mandato oposicionista, já se mostra um adesista ao governo pró-imperialista. Não é por acaso que fez coligação com o PSDB nas eleições. Em entrevista à Folha disse com todas as letras: "Estamos vivendo um momento de crise. Não é hora de revanchismo. Se tem alguém querendo derrotar FHC agora, está errado, porque a eleição já passou. Derrotá-lo significa derrotar o Brasil."(...).

Sem dúvida, Jorge Viana traduz o pensamento da direção majoritária do PT. As correntes de esquerda petistas certamente ficarão indignadas com esse pronunciamento, como ficaram quando Lula foi tomar uísque com FHC nem bem terminaram as eleições. Mas de nada adiantam os protestos quando se está colaborando com o PT pró-capitalista.

Na verdade, o reformismo de esquerda - essa é a verdadeira situação da esquerda do PT (O Trabalho, DS, ASS, Articulação de Esquerda, Força Socialista) - se mostra impotente frente ao predomínio da fração reacionária (Articulação, Nova Esquerda). A política geral do partido é a que vale, ou seja, a sua estratégia e tática. A estratégia do PT: constituir uma variante de reformas pró-capitalistas (governo democrático e popular). A tática: construir uma aliança com partidos da burguesia (frente ampla, frente popular). O governo democrático e popular e a frente popular são uma alternativa burguesa frente ao capitalismo decadente.

Resultado: o PT se mostra incapaz de enfrentar o governo pró-imperialista de FHC, colabora desde a oposição com a implantação das medidas neoliberais, pois acata as decisões do Congresso oligárquico e corrompido, age como oposição consentida, atua no movimento sindical com a

política de colaboração de classe, como administrador municipal e estadual aplica as regras de funcionamento capitalista contra a população, ilude os trabalhadores com o eleitoralismo, recebe dinheiro de banqueiros, industriais, fazendeiros etc. para sustentar suas campanhas eleitorais e tem se envolvido em casos de corrupção.

Um partido como esse comporta homens como Jorge Viana, que tem a petulância de dizer que derrotar FHC é derrotar o Brasil, justamente quando o Plano Real mostrou todas as consequências nefastas do entreguismo e das reformas antipopulares. Comporta um Lula que condenou a greve dos petroleiros, dos professores, em nome do critério repressivo de serviços sociais, que vai lambe as mãos de FHC, que está envolvido em casos de corrupção. Um Vicentinho, que colabora com a destruição da Previdência em nome do "princípio" da negociação; um Marinho que faz acordo de redução dos salários; um Cristóvam Buarque, que reprimiu o movimento dos sem-teto; um Genoíno, que puxa o saco dos militares, hoje respeitado por Jarbas Passarinho etc. A lista vai longe.

É com essa gente que as esquerdas convivem. E iludem com a idéia de que há vários PTs, e que o que vale é o PT das origens, que a disputa pela direção ainda não se esgotou, que a esquerda ainda vai derrotar a direita petista e outro monte de lenga-lengas.

O POR vem há tempos combatendo o reformismo e suas traições. Não se vai construir um partido revolucionário se comportando como ala crítica do reformismo e com posições de esquerda reformista. É preciso dizer claramente que o PT se tornou um partido como os outros da burguesia. E sua conduta geral é de capitulação às pressões do imperialismo.

A luta pelo emprego na Ford

Reproduzimos abaixo boletins do POR distribuídos na Ford e em outras montadoras, como parte de nossa campanha de defesa da luta operária unificada para garantir o emprego.

MOBILIZAÇÃO NA FORD:

Nem demissões nem redução salarial!

Para barrar as demissões é preciso:

Greve com ocupação de fábrica!

Pelo controle operário da produção!

Pela escala móvel de trabalho!

Generalizar o movimento,paralisar todas as fábricas!

O anúncio da demissão de quase metade do total de funcionários da Ford de São Bernardo ganhou importância nacional. A inclusão de mais centenas de demissões da unidade de produção de caminhões e os anúncios de cortes em outras montadoras (Scania, GM) mostra a gravidade da situação. O agravamento da crise mundial capitalista trouxe a aplicação de um pacote econômico recessivo pelo governo FHC, a mando do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse pacote leva os capitalistas a despejar todo o peso da crise sobre os assalariados e suas famílias. Diante da forte tendência recessiva, as multinacionais saíram na frente no objetivo de preservar seus lucros às custas de demissões e redução de salários e direitos. O pacote FHC/FMI agravará o desemprego por todo o país. Só é possível combater o desemprego (na Ford e em todas as fábricas) se lutarmos pela derrubada integral desse pacote.

Alguns dirigentes sindicais mostram-se espantados com as demissões na Ford, enquanto na Volks se negociou a redução de salários. Não há nada que estranhar. As demissões e a redução de salários, banco de horas, demissões voluntárias etc. são formas diferentes de uma mesma política, que serve para os patrões aumentarem a exploração do trabalho e preservarem seus lucros. Ora os patrões usam as demissões e ameaças ora usam a chamada "flexibilização das relações de trabalho", uma em função da outra. Na Volks, fizeram um acordo de demissões voluntárias, depois ameaçaram com 7 mil e 500 demissões, para impor a redução de salários. Agora, podem superexplorar os operários que ainda têm emprego com salários arrochados. Quando cair a produção, voltarão às ameaças e cortes, porque não existe estabilida-

de de emprego. Alguns sindicalistas enxergaram nisso uma mudança "positiva" de atitude da montadora. Já na Ford, primeiro fizeram acordos de bancos de horas e demissões voluntárias, para depois demitir metade da fábrica. Alguns sindicalistas estranharam esse "retrocesso" da empresa. Volks e Ford podem se dar as mãos com a GM, porque todas estão manobrando para aumentar a exploração sobre os operários e reduzir o número de empregados, só não vê quem não quer. Se queremos combater de verdade o desemprego, temos de combater a política de "flexibilização das relações de trabalho". Nossa bandeira tem de ser Nem demissões, Nem redução de salários: Escala Móvel de Horas de Trabalho e Controle Operário da Produção.

Diante do anúncio da Ford, a direção do sindicato tem realizado assembleias com empregados e desempregados e a entrada na fábrica, com a orientação de trabalhar. Só não se produzem automóveis porque a empresa não está permitindo, com a falta de matéria-prima e até com a soldagem de algumas máquinas. A fábrica não tem agido contra a entrada dos operários, a segurança e a polícia não reprimem a entrada diária dos trabalhadores. Por que a empresa não está reclamando da entrada dos operários na fábrica? A resposta é porque a diretoria do sindicato está orientando o movimento para se voltar apenas contra a política econômica do governo, e não para uma luta em defesa do pleno emprego, que teria de se dar contra a Ford, porque mexeria fatalmente nos seus lucros.

Essa entrada diária no local de trabalho não é a real ocupação da fábrica pelos operários. A greve com ocupação da fábrica é quando os operários entram e passam a decidir quem e o que entra e sai da empresa.

Assumem uma posição de força diante dos capitalistas, conquistada com sua unidade na luta. Impõem temporariamente uma disputa pelo poder na empresa.

Muitos dirão que os estoques da Ford podem durar 40 dias e uma greve não teria a força suficiente para dobrar os patrões e garantir o emprego de todos. Respondemos que se o movimento da Ford permanecer isolado, não haverá como reverter as demissões. É preciso entender que existe uma tendência geral de demissões nas montadoras e nas outras fábricas. A única forma de impedir os cortes de cabeças dos operários é fazer um movimento unificado, geral. Se alguém pensa que o emprego de quem teve salário reduzido está garantido está completamente enganado. É preciso generalizar e unificar a luta contra as demissões, com greves e ocupações em todas as fábricas, a começar pelas montadoras. Se a direção sindical quer combater de verdade a política econômica do governo, tem de começar pelo chamamento da luta unificada na defesa intransigente do emprego de todos os operários. Não será perambulando pelo país e

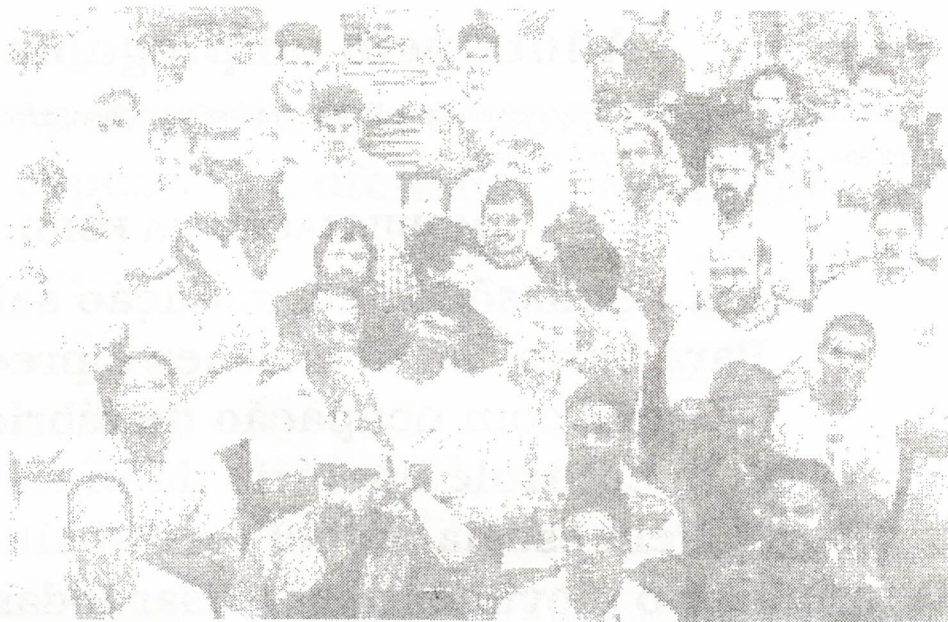
Nacional



tagarelando com governadores, ministros, chefes das federações patronais e parlamentares que se conseguirá garantir o emprego, e sim com os métodos próprios da luta de classes, principalmente a greve geral com ocupação de fábrica.

Fundamental é não rebaixarmos nossas reivindicações e sim levantá-las bem alto. Queremos trabalho e existência digna para todos! Não aceitamos as ofertas da Ford de limitar as demissões, reduzindo de 2800 para 2500, queremos o emprego para todos. Também não aceitamos demissões só porque são melhor indenizadas, queremos o emprego para todos.

Fundamental é mantermos a unidade entre empregados e desempregados, para exigir dos capitalistas o pleno direito ao emprego. Que se divida o trabalho disponível entre todos, sem redução salarial, isso é a escala móvel de horas de trabalho. Tomemos em



nossas mãos as decisões totais sobre a produção, estoques e distribuição do fruto de nosso trabalho, com o controle operário da produção.

Os operários e outros trabalhadores de todo o país estão com suas atenções voltadas para o que vai acontecer na Ford. O resultado desse movimento será tomado como modelo, fator de força ou fraqueza para o conjunto do movimento operário, para enfrentar a ofensiva capitalista, materializada no pacote FHC/FMI e no plano de fome de FHC.

"Se o capitalismo é incapaz de sa-

tisfazer as reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo criou, só lhe resta perecer. A "possibilidade" ou a "impossibilidade" de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de forças que não pode ser resolvida senão pela luta. Esta luta, quaisquer que sejam os seus sucessos práticos imediatos, será a melhor maneira de levar os operários a compreender a necessidade de liquidar a escravidão capitalista." (Programa de Transição da IV Internacional).

14/01/99

Nacional



Não aceitar de jeito nenhum as demissões na Ford é defender o emprego de todos os operários

A Ford acaba de reafirmar sua intenção de demitir quase metade da fábrica de São Bernardo. Sua nova proposta é aumentar a indenização dos demitidos, que seria de 2,5 até 10 salários para cada um. Temos de recusar essa proposta, e qualquer outra que leve a demissões. Não podemos aceitar as demissões.

Está claro que a empresa não está disposta a recuar sem a pressão da luta operária. Está claro que o emprego dos 2800 que receberam o "telegrama azul" depende da mobilização unitária de empregados e demitidos, e de um movimento unificado de greve com ocupação de fábrica em todas

as montadoras para impedir as demissões.

É preciso a ocupação de fábrica verdadeira!

Na primeira semana da mobilização na Ford, a empresa aceitou a entrada dos operários na fábrica, mas impediu que colocassem as máquinas em movimento. Na 2ª feira seguinte, os operários já não tiveram ônibus para ir à empresa e encontraram os portões da fábrica trancados. Isso de entrar e sair da empresa e tentar produzir não é ocupação de fábrica.

A ocupação da fábrica é quando os operários impõem o controle operário da empresa. É quando entram na fábrica e não saem, quando controlam tudo e todos que entram ou saem da empresa, em oposição à vontade dos patrões. Paralisam a produção e juntos lutam contra os capitalistas por suas reivindicações próprias, nunca pelas dos capitalistas. É um erro tentar fazer um movimento de

apoio à empresa e defesa de seus interesses junto ao governo.

É necessário parar todas as montadoras e ocupar as fábricas, impondo o controle operário!

Alguns dizem que não adianta greve com ocupação porque a Ford está com estoques cheios. Mas não se trata somente da Ford. As demissões são uma ameaça para todos os operários na atual situação. Os trabalhadores da Volks, Scania, Mercedes, GM etc. sabem que a crise econômica reduzirá a produção. Os capitalistas não pretendem reduzir seus lucros, ao contrário, as montadoras projetam aumentos de lucros em 1999, mesmo com a queda da produção. A Mercedes pretende lucrar 43% a mais em 1999. Mas que mágica é essa? Como aumentar lucros vendendo menos?

A resposta é: aumentando a exploração sobre os operários, demitindo e reduzindo salários e direitos trabalhistas. Essa é a política geral das montadoras. Só será possível resistir

a ela com a unidade dos operários de todas as fábricas. É preciso convocar já a greve geral com ocupação de fábrica em todas as montadoras e projetar esse movimento para todas as fábricas!

Nem demissões, nem redução de salários

A Ford propôs aumentar a indenização aos demitidos. Parece maluquice da empresa, porque poderia com esse dinheiro pagar os salários dos operários por quase um ano inteiro. Mas a multinacional pretende impor as demissões a qualquer custo. Porque faz parte da política das montadoras a redução do número de operários e o aumento da exploração do trabalho. Inicialmente, a Ford fez acordos de bancos de horas, enquanto outras fábricas demitiam. Depois, as outras montadoras passaram a reduzir salários e a Ford veio com as demissões. Assim estão agindo os patrões nos últimos tempos: às vezes demitem e põem medo nos operários, para depois reduzir-lhes os salários e aumentar a jornada e ritmo de trabalho; outras vezes impõem o banco de horas e a redução de salários e direitos trabalhistas, para depois demitirem. Com as demissões, a Ford quer aterrorizar os seus operários para impor-lhes a redução de salários e direitos trabalhistas e assim elevar seus lucros sugando o sangue dos trabalhadores.

Por isso, se queremos lutar de

verdade pelo emprego, não podemos aceitar os acordos de redução de salários nem o aumento da jornada de trabalho e banco de horas. Se a produção cai por causa da crise capitalista, então que se reparta o trabalho disponível entre todos, sem redução de salários. Isso é a escala móvel de horas de trabalho. Se isso vai atacar os lucros dos capitalistas, isso é problema deles. Que os capitalistas paguem pela crise e não os operários e suas famílias. Se o capitalismo não é capaz de sustentar seus escravos, então que morra o capitalismo, mas viva a classe operária.

Pedir dinheiro a quem? Para quê?

A direção sindical e da CUT estão organizando a coleta de dinheiro junto aos trabalhadores para destiná-lo aos demitidos da Ford. Está errado. Primeiro, não podemos aceitar de jeito nenhum as demissões como certas. Temos de exigir a readmissão de todos os 2800 na fábrica. Segundo: não temos de pedir que os trabalhadores paguem pelas demissões que a Ford está fazendo para elevar seus lucros. Quem tem de pagar pela crise são os patrões. Ao invés de aceitar as demissões e coletar dinheiro para supostos desempregados, temos de chamar todos os trabalhadores a se unirem na luta em defesa do emprego de todos. Se for para pedir contribuição, que seja para um fundo de greve, para sustentar essa mesma luta de defesa do emprego de todos.

Luta geral contra a ofensiva capitalista

As demissões na Ford estão mostrando uma tendência geral da situação. O agravamento da crise capitalista arrasta o Brasil para a recessão. O plano Real quebrou. Os capitalistas e seu governo tentarão despejar o prejuízo sobre os ombros dos trabalhadores. Atacarão os salários, empregos e direitos trabalhistas. Já estão procurando se proteger fazendo seus negócios em dólar. Projetam a volta da inflação. Tudo isso quer dizer arrocho salarial e desemprego para os trabalhadores, para garantir os lucros patronais.

A classe operária terá de se levantar e enfrentar o governo e os capitalistas. Tem de erguer uma luta nacional pelo emprego e salário, de combater pela derrubada do pacote e plano FHC/FMI. Isso a aproximará da conclusão da necessidade de acabar com o sistema de exploração do trabalho e substituí-lo pelo socialismo, pela revolução proletária.

25/01/99

Nacional



PLR: superexploração do trabalho

A burguesia, para enfrentar a crise, vem implantando nas fábricas a PLR (Participação nos Lucros e Resultados). O objetivo é reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade, melhorar a qualidade das mercadorias e serviços. Para isso, adotam a remuneração variável para comprometer os trabalhadores com os objetivos dos capitalistas.

A recente pesquisa "Tendências em Recursos Humanos", realizada em 120 empresas de São Paulo, Rio e Sul do país, mostra que 63% delas já adotaram a remuneração variável. O exemplo da empresa Melhoramentos, que aplica a PLR desde 1996, aumentou a produção em 7% e a produtividade em 12%, revela que a parcela de remuneração variável é de 10%, mas pode ir para 15%, 20% ou mais, sem que a fábrica altere os custos. E adotou sete programas, um para cada unidade da fábrica. No acordo assinado com o sindicato, a Melhoramentos combinou a pontuação proporcional com a tonelagem média de papel por mês.

A Basf, com 5500 funcionários, adotou esse mecanismo em 14 unidades do grupo. As metas da empresa combinam o volume de vendas e produção, rentabilidade, participação, redução de acidentes e níveis de preços. Caso todas essas metas sejam atingidas, paga-se 1,2 salário. O salário

médio é de 800 reais.

O grupo Pamanco, com o incentivo da legislação, adotou o programa com base no volume de vendas, produtividade, faturamento e desempenho individual. Cada indicador corresponde um valor, com teto até 720 reais.

A Siemens, com 12 fábricas, implantou a PLR e se todas as metas forem atingidas, a empresa paga meio salário.

Como se vê, a PLR é mais um instrumento de coerção aos operários. Se não ampliar a produtividade individual, é demitido. Caso atinja um grau elevado de produtividade, mas a fábrica não vender os produtos, os operários não recebem o teto estipulado. Mesmo que a empresa consiga alcançar suas metas, a remuneração é variável. Na verdade, trata-se da mais descarada exploração do trabalho. Os patrões se aproveitam do desemprego e dos baixos salários para coibir seus funcionários a trabalharem mais, geralmente em troca de uma esmola, para manter os lucros dos patrões.

Os operários devem reagir contra a PLR e exigir que as direções sindicais rompam com as negociações em torno desse programa de proteção ao patronato. Nenhuma gota mais de suor para sustentar os lucros dos capitalistas.

Congresso da CNTE

A burocratização impediu que se tornasse um instrumento para responder à ofensiva governamental

A CNTE realizou o seu congresso, de 13 a 17 de janeiro, e contou com aproximadamente 1800 delegados. O Partido Operário Revolucionário participou com a Tese 8, com o Jornal Massas especial e com outros materiais partidários.

A corrente majoritária (Articulação) fez aprovar sua tese reformista e a ampliação do número de votos nas emendas (25%) nos grupos. Com isso, o congresso, que já estava de antemão definido (pela falta de democracia na escolha dos delegados), se fechou para o debate das diferentes posições expressas nas teses. A aprovação, nos grupos, de alguma emenda à tese da burocracia tinha um único papel de expor as divergências para todos os delegados. E foi por essa razão que a Articulação reduziu ao máximo as discussões nos grupos e demagogicamente aceitou quase todas as emendas aditivas, como forma de impedir o acesso dos setores minoritários (de oposição) ao plenário.

O Congresso aprovou a linha da revisão dos planos neoliberais, da conciliação de classe e o método a continuidade da farsa das pressões ao Parlamento e das marchas inócuas. A direção burocrática mudou os estatutos, para dificultar ainda mais a participação de delegados de base e aumentou para três anos o mandato da direção.

A essência das Resoluções políticas aprovadas

Diante dos efeitos dos Planos governamentais, aprovou-se a "revisão do atual modelo econômico, priorizando o desenvolvimento com distribuição de renda, estímulo ao setor produtivo, geração de empregos, novos critérios para abertura do mercado interno aos produtos estrangeiros". Isso nada mais é do que o programa do governo democrático e popular, estratégia do reformismo para a crise. O método para alcançar esse objetivo é o da acumulação de forças, eleição, pressão ao Parlamento na disputa dos projetos. Daí o enaltecimento da LDB da Câmara, ao PNE das entidades e a ampliação do Fundef para a educação básica. E como mobilização para o próximo período a organização de uma "marcha nacional em defesa da Promoção da Educação Pública", culminando com um ato em Brasília. A reivindicação central da marcha é unicamente o ataque do governo à escola pública, como forma de aglutinar setores da chamada "sociedade civil".

Como se vê, as resoluções aprovadas são as de manutenção do capitalismo em crise, pois o problema reside na re-

visão dos planos imperialistas. A bandeira de derrubada integral dos Planos, pela ação direta das massas, foi duramente combatida pelos burocratas e correntes seguidistas. Nenhum ataque às reformas de destruição da escola pública e combate às bandeiras de fim da rede privada e estatização, sob o controle dos trabalhadores, de todo o ensino. A linha de colaboração de classe, "o pacto da produção", os acordos da CUT com o patronato no ABC, as negociações tripartites (governo, patrão e sindicato), onde governo e patrão estão juntos na destruição dos empregos, foram defendidos como o único caminho a ser seguido para o sindicalismo. Por isso, a participação nos fóruns governamentais (conselhos gestores, conselhos municipais e outros) serão implantados pela direção eleita. Não é por acaso que se opôs radicalmente à greve geral para derrubar os planos neoliberais e defender a vida das massas trabalhadoras.

A conformação das chapas para a direção da CNTE

A Articulação compôs com o PCdoB, expressando a linha mais acabada do reformismo frentepopulista. Obteve 1059 votos, 64%. A chapa 2, composta pela ASS (petistas), Articulação de esquerda (petista) e PSTU, obteve 31,7%. A chapa 3, composta pelo Partido Operário Revolucionário, Coletivo dos Trabalhadores, Liga Operária e Independentes, obteve 3,4%.

A direção da CNTE foi composta pela chapa 1 (11 cargos) e chapa 2 (6 cargos). O que faz com a direção seja formada de petistas (reformistas), estalinistas e centristas (PSTU).

O programa da Chapa 3

O POR defendeu no interior da chapa três o programa estratégico do partido, expresso no Plano de lutas da tese 8. Os principais pontos foram: 1) Fim de toda intervenção imperialista; 2) Derrubada dos Planos neoliberais do governo; 3) Contra o pagamento das dívidas interna e externa; 3) Pela revolução agrária e distribuição de terra aos camponeses pobres; 4) Rechaço às frentes populares e ao governo democrático e popular; 5) Defesa da Revolução proletária e do comunismo; 6) Pela escola pública, gratuita, laica, autônoma e científica em todos os níveis e para todos; 7) Defesa das condições de vida e trabalho; 8) Contra todo tipo de opressão social; 9) A unidade e a ação direta das massas trabalhadoras; 10) Contra a conciliação de classe da burocracia sindical; 11) Defesa da democracia operária.

A importância da chapa foi no sentido de denunciar a burocracia e defender o programa antiimperialista e anticapitalista, oposto à conciliação com o patronato e seu governo. E aglutinar, em torno dele, uma fração de delegados disposta à luta contra o capitalismo e os planos de fome e miséria. Os 56 votos obtidos, 3,4%, num congresso altamente burocratizado, representa um crescimento desse setor classista, que se desprende do centrismo e do reformismo. O que coloca como tarefa a construção de uma verdadeira fração revolucionária, assentada no programa, no interior dos sindicatos e CNTE burocratizados.

Edição



A LBI difamadora não apresenta provas e foge covardemente da reunião

Durante o Congresso da CNTE, houve uma reunião das correntes de esquerda. Estiveram presentes: Coletivo dos trabalhadores, LOI (Liga Operária Internacional), independentes, POR e LBI. O objetivo era discutir o programa e constituir a chapa da eleição para a direção da CNTE.

Antes de iniciar as discussões, o POR pediu uma questão de ordem que precedia a discussão. Denunciou as calúnias da LBI sobre o POR ter colaborado com os organismos de repressão. Exigiu que a LBI apresentasse as provas. E reivindicou que as correntes e independentes se posicionassem diante das calúnias. Explicou que a militância e as correntes políticas conhecem a conduta e moral revolucionária do POR. Desta forma, caberia exigir da LBI que mostrasse as provas. A LBI se pronunciou que se tratava de fatos verídicos. Então as correntes e independentes pediram que a LBI mostrasse as provas.

A LBI, que começou dizendo que era tudo verídico, acabou por se pronunciar contra a discussão exigida pelo POR, alegando que esse era um problema entre correntes políticas e, portanto, não cabia sua discussão ali. Então os exigiram da LBI que apresentasse provas, como Boletim de Ocorrências (B.O.). Chegou-se ao ponto de um dos independentes declarar que conhecia a trajetória do POR e que se a LBI não tivesse o BO então esta deveria ser expulsa da reunião. A LBI respondeu que a prova estaria na brochura intitulada Jornada de discussões políticas entre a LBI e o POR argentino. Mas a plenária afirmou que não tinha conhecimento do mesmo e que a brochura por si só não se constitui como prova, passando a exigir da LBI que apresentasse algo concreto.

A LBI, além de entrar em contradição ao confundir a acusação com prova, chegou a negar que não citou os

nomes dos ex-militantes (R e T). Então a reunião decidiu que a LBI fosse providenciar as provas.

Na reunião seguinte, a LBI faltou. O POR folheou a brochura da LBI e leu a passagem das páginas 24 e 25 para mostrar que citava os dois nomes sem nenhuma prova. E apresentou a Carta de R e T publicada no Massas 165 em que desmente a acusação. A ausência da LBI demonstrou que esta não tinha nenhuma prova. Não é de estranhar a conduta covarde da LBI diante de uma situação em que as correntes exigiam simplesmente provas.

OPERAÇÃO
Educação

Funcionários da Educação (AFUSE)

Começamos o ano de 1999 recebendo uma revista publicada pela diretoria da AFUSE (ou seja, as posições da corrente Articulação). Além dos artigos dedicados aos "grandes" feitos da direção, como os vários processos judiciais abertos pela direção, além da costumeira lamentação de que o Governo se negou a recebê-los para discutir sobre o Plano de Carreira (que não foi debatido com a categoria), o que mais nos chama atenção é a reportagem de capa sobre a colônia de férias, onde procura mostrar as vantagens de se sindicalizar baseado no assistencialismo, como em qualquer sindicato ligado ao peleguismo tradicional.

A diretoria do Sindicato esbanja nosso dinheiro ao construir a colônia, (aprovado com muita dificuldade pelos sócios), muito já se foi gasto e a direção anuncia a necessidade de mais 400 mil reais (dados de antes da explosão do real), isto ao mesmo tempo que passamos por uma imensa crise financeira e onde a categoria segue ameaçada com o fantasma da terceirização. Ou seja gasta-se muito com uma revista que não é de nenhum interesse para a categoria, não se discute nossa organização, não se discute quais deveriam ser nossas bandeiras de luta para o próximo período, não se discute a formação política dos militantes. Ou seja, não cumpre o papel que uma revista da categoria deveria ter, o de debates sobre os verdadeiros problemas dos funcionários de escola.

Devemos exigir não só uma nova assembleia para discutir se vale a pena continuar investindo no poço sem fundo da Colônia de Férias, como também a eleição de uma comissão para a elaboração da revista.

Avança o processo de destruição da escola pública no Ceará

Aprofunda-se a crise de superprodução do sistema capitalista decadente e, com isso, a burguesia ataca as conquistas sociais, a fim de favorecer o parasitismo financeiro internacional. Na educação, essa política é aplicada pelo PNE, Plano Decenal, LDB e agora também o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que é aplicado pelos governos a mando do imperialismo.

No entanto, a destruição da rede estadual de ensino no estado do Ceará está caminhando em passos largos, materializados pelo governo pró-imperialista Tasso Jereissati (PSDB). No último dia 20 de dezembro, ocorreram nas escolas do estado eleições para escolha de diretores.

Os novos diretores escolhidos pela comunidade terão de cumprir à risca o PDE. Porém, caso não venham a seguir esse projeto ao pé da letra, o governador do estado irá demiti-lo do cargo e será escolhido outro que cumpra as metas determinadas. O objetivo do PDE é a racionalização dos recursos financeiros, que visam a colocar a comunidade a financiar a unidade escolar em que seus filhos estudam.

Neste sentido, o Estado ficará desobrigado de bancar a educação pública, com isso os poucos recursos financeiros existentes serão desviados para as escolas particulares, ou para o parasitismo financeiro.

Faz-se necessário construir um comitê de base em nível nacional para uma mobilização unificada dos trabalhadores da educação, unindo-se aos setores operários, camponeses, estudantes e à classe oprimida com um programa revolucionário, para derrubar este plano de fome e miséria de FHC e Tasso, que destrói a escola pública. Assim sendo, formando a frente única antiimperialista e anticapitalista, tendo como estratégia o governo operário e camponês (ditadura do proletariado), ou seja, a revolução proletária.



Ao CC do POR argentino - sobre a difamação de Gamboa ao POR/Brasil

Acusamos o recebimento de uma carta de Gustavo Gamboa endereçada a Werner e o texto "Uma provocação desesperada emergente da debilidade política", assinado por Gamboa. Ambos foram debatidos na direção de nossa organização. Eis as conclusões:

1. Quanto à questão da participação na Conferência do POR boliviano que excluiu Bacherer por delação. De fato apenas Atilio esteve presente. Não há nenhuma razão para mentir sobre a presença de Gustavo. A menção não passou de confusão. Quando escrevemos a Carta Aberta ao POR Argentino, chegamos a discutir se deveríamos nos referir ao equívoco, mas concluímos que se Gamboa exigisse a explicação a daríamos, uma vez que também não se refere no seu informe sobre nosso encontro.

É inaceitável a afirmação de Gamboa de que está "quase convencido de que Atilio não esteve na Conferência". Com isso Gamboa está dizendo que Atilio falsifica informações sobre a expulsão de Bacherer. Tudo está por escrito, e se Atilio estivesse falsificando sua presença, certamente Bacherer seria o primeiro a denunciar o fato. A afirmação de Gamboa é de má fé, aproveitando-se da confusão ocorrida na reunião em São Paulo. Se há um princípio que o POR preserva é o de jamais difamar um militante ou outra organização, seja lá por que razão for. Quando na reunião de São Paulo Gamboa disse que não estava na reunião e que exigiu de Werner uma investigação, dissemo-lhe que não se tratava de utilizar o fato em nossas divergências. Na reunião seguinte da direção, retomamos o fato com a devida apuração, em que Atilio reconheceu a confusão entre a Conferência e a reunião seguinte do Comitê de Enlace. Isso foi tudo o que se passou.

2. Sobre a difamação da LBI contra o POR brasileiro. Em nossa Carta Aberta mostramos que

Gamboa admite a difamação da LBI de que somos delatores de correntes de esquerda, como diz o texto da LBI. Se o CC do POR se põe de acordo com a convivência de Gamboa então não é possível mantermos qualquer relação. Não mantemos relações amistosas, mesmo que apenas de troca de materiais, se existe difamação ou delação.

Gamboa faz as perguntas: É certo ou não que um militante da T.POR de Fortaleza foi testemunha de cargo no processo realizado contra os dirigentes da Federação Universitária, hoje LBI? Consta ou não este fato de cumplicidade com a polícia e justiça burguesa? Atuou esse companheiro com o conhecimento da direção da TPOR? Como resposta, Gamboa defende um tribunal "contra aqueles militantes ou dirigentes da TPOR comprometidos neste acontecimento.

Em primeiro lugar, Gamboa muito bem sabe que exigimos da LBI prova de sua acusação. O texto que editamos no Massas 138 foi divulgado no Congresso da CUT. Até hoje a LBI não nos deu nenhuma resposta. Gamboa perguntou por que a LBI não se empenhou em mostrar ao POR quem é o tal do militante? Quem acusa não deve provar? Ou é o acusado que deve provar sua inocência?

Somente agora ficamos sabendo através de Gamboa que um militante nosso supostamente tenha testemunhado no episódio da máquina. Sem dúvida, estamos verificando. No entanto, Gamboa não exige da LBI nenhuma comprovação, pois se a tivesse deveria tê-la nos mostrado. Por outro lado, exige do POR um tribunal e que se estenda aos dirigentes envolvidos. Como se vê, no seu informe Gamboa diz que se o fato aconteceu era provável que a direção do POR não tinha conhecimento, agora já pressupõe que o fato existiu e que dirigentes do POR podem estar envolvidos.

Gamboa está se esquecendo que foi a direção do POR que exigiu-lhe um posicionamento sobre a difamação da LBI e não o contrário. Isso para uma difamação ocorrida há muito tempo. Pois bem, agora temos em mãos um folheto da LBI que afirma: "É de conhecimento público no movimento de massas do estado do Ceará a frente suja constituída pela TPOR, PT e o PSTU contra a LBI, acusando-a de ter usurpado computadores da Universidade do Ceará (UECE), inclusive militantes da TPOR (R e T) testemunhando a agentes da polícia que foram averiguar as denúncias disseminadas por essa corja."

Depois de tanta exigência de nossa parte que a LBI provasse sua acusação, esta resolveu citar dois nomes (R e T), hoje ex-militantes e simpatizantes do POR. O texto por si só mostra bem como a LBI age. Faz uma referência genérica de que o POR teria feito uma frente com PT e PSTU de acusação de roubo dos computadores pela LBI e conclui com a mesma generalidade que R e T teriam "testemunhado a agentes da polícia".

A LBI não apresenta nenhum fato,

nenhuma prova do tal testemunho. Testemunhado onde? No "Tribunal do Ceará", como supõe Gamboa? Em uma delegacia de polícia? Houve um processo judicial, como também supõe Gamboa? Ou os tais dos agentes chegaram à LBI e disseram: "Olhem fomos informados por R e T que vocês roubaram os computadores do DCE" E então a LBI acreditou e se calou para não pôr sua organização em risco, como velhacamente justifica, no folheto citado, o seu silêncio frente à nossa exigência de provas.

A regional de Fortaleza investigou e comprovou que não existe nenhum processo, nenhum testemunho. Além disso, procuramos os ex-militantes para explicarem os acontecimentos e estes desmentiram as acusações da LBI. Pedimo-lhes que escrevessem uma carta de esclarecimento e estes concordaram (publicada no Massas 165). Nela, explicam que o POR sequer participou de Comissão estudantil, reuniões, processos administrativos ou judiciais. Trata-se de uma aberração da LBI para manchar a moral revolucionária do POR.

Somos acusados de sectários por PCO e PSTU pelo fato de recusarmos recorrer à justiça burguesa em caso de fraude eleitoral nos sindicatos, imagine só se o POR admitiria que um de seus militantes servisse de testemunha contra a LBI no caso da denúncia de roubo. No caso, proporíamos investigação através do movimento (assembléias etc). Um outro caso: o POR apontou a impossibilidade da permanência de M. B. no partido pelo fato de delatar uma ocupação de terra forjada pelos adversários do movimento dos sem-terra de Diadema.

Como se vê, nossa conduta é limpa. Somos marxistas e agimos, portanto, com os métodos da classe operária. Que Gamboa pudesse se aliar a difamadores já não mais nos surpreende. Quem se torna aventureiro nas idéias certamente percorrerá caminhos nada limpos. O que nos surpreende é que a fração majoritária não lê com o devido cuidado o que Gamboa vem escrevendo e espalhando através de seitas difamadoras como a LBI. Na última carta de Gamboa, aqui citada, este chega ao ponto de acusar membros da direção do POR de convivência com a suposta delação contra a LBI.

A insanidade política foi longe. Já não se tem vínculo com a verdade.

Nosso objetivo em ir até o fundo na denúncia da patifaria da LBI é o de fortalecer a moral revolucionária, expressão prática do programa e do funcionamento leninista do partido. Esperamos que o CC do POR argentino se pronuncie de forma clara e específica sobre a colaboração de seu dirigente com a difamação do POR/Brasil, rechace esta conduta de Gamboa e denuncie os métodos da LBI.

São Paulo, 24 de janeiro de 1999
CC do POR /Brasil

Denúncia



Debate sobre os Processos de Moscou

Publicamos, no Massas 164, a 1ª parte do debate sobre os 81 anos da Revolução Russa. A partir desse número estaremos expondo as principais lições extraídas por Trotsky dos Processos de Moscou e demonstrando que a burocratização do Estado Operário estava presente desde o início da Revolução, com a política de Stalin.

A burocratização do Estado Operário e a perseguição estalinista

Alguns fatos são fundamentais para mostrar como Stalin adquire o controle do Partido Bolchevique e do Estado Operário, após a morte de Lenin em 1924.

No final da Guerra Civil, Stalin, como político e dirigente, era totalmente desconhecido. Isso em função de seu pouco contato com as massas. Esse contato se deu através do Partido. Foi por isso que no primeiro período de sua ascensão ao poder, Stalin foi sustentado e encorajado por Zinoviev e Kamenev e, em menor grau, por Bukarin e Rikov. Assim, em 1919, no 8o Congresso do Partido, Stalin foi escolhido para dirigir o comissariado do Povo da Inspeção Operária e Camponesa, inclusive com o apoio de Lenin. Ao dirigir esse Comissariado, Stalin converteu esse organismo em um dos principais instrumentos para a construção de uma máquina burocrática. O que fez com que, em pouco tempo, Lenin mudasse de opinião.

Porém, em 1920 foi criada a chamada Comissão de Controle do Partido. Essa exerceu um papel proeminente no processo de ascensão burocrática de Stalin. A Comissão tinha a função de examinar as queixas e julgá-las de acordo com o Comitê Central. No 10o Congresso do Partido (1921), os objetivos dessa Comissão foram traçados no sentido de ter como tarefa a extirpação dos perigos do burocratismo, do carreirismo, dos abusos dos membros do Partido, dentro do Partido e nos Soviets. E em 1922, 11o Congresso, essa Comissão passou a se chamar Comissão Central de Controle. E Stalin foi eleito Secretário Geral, com apoio de 4 membros dessa comissão. Lenin, embora adentado, fez restrições ao nome de Stalin, por já entender que se tratava de um perigo para o Partido e para o Estado Operário. Lenin dizia que era preciso travar uma luta contra o burocratismo, tendo em vista o que estava ocorrendo: uma seleção especial de funcionários e especialistas, de membros do Partido, de elementos não filiados, no centro e nas províncias, nas organizações distritais, sob a base da lealdade a certas personalidades dentro do Comitê Central.

No 13o Congresso (1923), Stalin passou a controlar a Comissão Central de Controle. Mudou sua composição

inicial de 7 elementos para 50 e mais 10 suplentes. Seus membros eram escolhidos por Stalin, como "prêmios a certas dedicações". Já com a tarefa clara de liquidação das oposições.

Com a morte de Lenin em 1924, Stalin sobe aos poderes do Estado. Lenin dizia, em seu Testamento, que era preciso que os camaradas procurasse um meio para afastar Stalin de seu posto, substituindo-o por outro homem. A burocratização do Estado Soviético, consequentemente do Partido, estava expressa, portanto, na política de camarilha que Stalin desenvolveu desde o final da guerra civil.

Trotsky aponta que alguns elementos contribuíram para essa rápida ascensão de Stalin e, consequentemente, a burocratização do Partido. Um deles foi o rápido crescimento do Partido. Após 5 anos da Revolução de Outubro, mais de 97% do Partido era composto de filiados, que aderiram depois da revolução. Mais de um milhão de filiados tinha uma vaga noção do que era o Partido Bolchevique, organizador e condutor da insurreição das massas. Essa pouca assimilação do programa proletário e da organização partidária favoreceu a política corrupta e de camarilha de Stalin. A ponto de Stalin aparecer como o organizador, distribuidor de tarefas e "arrumador" de empregos, a partir de 1923. Os comunistas convertiam-se em funcionários, ou seja, em burocratas.

Aproveitando-se dessa situação do Partido, Stalin chantageava os opositores, utilizando-se da Comissão Central de Controle, que tinha uma agência especial destinada a investigar os arquivos da polícia czarista. Sob a ameaça de tornar pública as confissões, Stalin passou a ter em suas mãos inúmeros militantes bolcheviques que no passado tinham mostrado fraqueza perante os órgãos da repressão czarista, mas que reconheceram seus erros e, por isso, já tinham sido incorporados ao Partido. Forçava, assim, esses velhos revolucionários, aos trabalhos mais sujos.

Fruto da burocratização do Partido, surgiu a Oposição de Esquerda. Esta concentrou esforços para denunciar a política de Stalin. Foram expulsos do Partido e afastados de todos os organismos do Estado Soviético. Em 1927, nas reuniões do Comitê central nada era discutido. Tudo se decidia nos bastidores. Barganhava-se com o grupo de direita (Bukarin, Rikov) e se traçava o ataque à Oposição. No ano de 1929, Trotsky foi expulso da URSS, acusado por Stalin de realizar ações anti-soviéticas e preparar uma luta armada contra o poder soviético. Em carta aberta dirigida aos operários da URSS (1929), Trotsky dizia que era necessário reestaurar a direção leninista. Repudiava

os métodos desleais de Stalin e mostrava que a Oposição estava disposta a levar adiante essa tarefa.

A política de Stalin diante da Revolução Chinesa e o ultra-esquerdismo diante do nazismo (Hitler chegou ao poder graças ao ultra-esquerdismo, ou seja, contrário a frente única anti-fascista com a Social Democracia), fez com que a Oposição de Esquerda mudasse sua estratégia. Até esse momento, a Oposição tinha como linha política trabalhar pela reforma da III Internacional. Diante dessas brutais capitulações, a Oposição caracterizou a III Internacional e os partidos que a compunham de corrompidos. E apontou a necessidade de construir uma nova Internacional.

De 1934-1935, a situação internacional indicava esse caminho. A vitória de Hitler provocou uma agitação no movimento da classe operária europeia, especialmente nos quadros da social-democracia, o que provocava simpatias para o trotskismo. Em 1935, em carta aberta ao proletariado mundial, Stalin colocou-se abertamente sua política: repudiou o internacionalismo proletário e defendeu o programa do social-patriotismo. Foi exatamente nesse período que Stalin forjou os Processos de Moscou.

Trotsky publicou o livro "Os processos de Moscou" (repressão e os expurgos estalinistas), contendo 4 capítulos: 1) O assassinato de Kirov; 2) A repressão na União Soviética; 3) Os processos de Zinoviev-Kamenev e Radek-Piatakov; 4) O processo dos 21 (Bukarin-Rikov). Como parte de nossa campanha em defesa da Revolução Russa, estaremos expondo os principais processos e destacando as lições de Trotsky em defesa do Partido leninista e das conquistas da Revolução Russa de outubro de 1917.

Internacional



Romênia: Greve dos Mineiros

Diante do plano do governo da Romênia de desativar 140 minas de carvão, milhares de mineiros reagiram, rompendo as barreiras policiais e tomando a cidade mineira, próximo da principal região carbonífera da Romênia. Os 10 mil mineiros, em greve, com a bandeira "Não vamos desistir", prometeram marchar para a capital do país. Mesmo usando da repressão (gás lacrimogêneo), o governo não conseguiu deter os mineiros, que vinham do desfiladeiro do rio Jiu, onde se concentraram, e partiam para a ocupação da cidade.

Os moradores de Tirgu Jiu aplaudiram as colunas dos mineiros que tomaram a cidade industrial. Os grevistas de Jiu se juntaram com os milhares de mineiros que vinham das minas ao redor de Tirgu, com o objetivo de preparar a marcha para a capital. As reivindicações centrais dos grevistas eram: 1) fim do fechamento das minas; 2)

aumento salarial.

O governo, que esperava a visita do Fundo Monetário Internacional para conseguir empréstimos para pagar os serviços da dívida externa (2,5 bilhões ao ano), tratou de proibir a marcha dos mineiros, pois teme a radicalidade do movimento. Os protestos dos mineiros (1990) contra os planos pró-imperialistas ainda estão vivos, pois culminaram com a derrubada do governo. O Tribunal declarou a greve ilegal, negou o pedido de aumento salarial de 35% e a reabertura de 2 minas já fechadas.

O exemplo dos mineiros da Romênia deve servir aos operários do mundo todo, particularmente os da Ford no Brasil. Diante do fechamento de postos de trabalho e os baixos salários, a bandeira de ocupar as minas, fábricas, terras etc deve ser a resposta dos trabalhadores. Soma-se a essa a luta pela derrubada dos Planos ditados pelos imperialismo e dos governos subservientes.

Viva a luta dos mineiros! Abaixo os Planos imperialistas para a Romênia!

Internacional

Homenagem a Rosa e Liebknecht

O Partido Operário Revolucionário rende homenagem aos lutadores Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht assassinados na Alemanha, em 1919.

Publicamos abaixo a história desses revolucionários e, em seguida, o discurso de Lênin por ocasião dos assassinatos.

Rosa Luxemburgo

Rosa nasceu em 1871 e foi assassinada em janeiro de 1919. Destacada ativista do movimento operário internacional, uma das líderes da ala esquerda da II Internacional. Começou sua atividade revolucionária na segunda metade da década de 80 e foi uma das fundadoras do movimento social democrata polaco, em cujas fileiras combateu o nacionalismo.

Desde 1897, participou ativamente no movimento social democrata alemão e lutou contra o bernsteinismo* e o millerandismo**. Participou da primeira revolução russa (em Varsóvia) e em 1907 assistiu o V Congresso (de Londres) do POSDR, onde apoiou os bolcheviques. Desde o início da guerra imperialista, ocupou uma posição internacionalista. Foi uma das fundadoras do grupo "Internacional", que logo se denominou "Espartaco" e mais tarde "União Espartaco". Escreveu (na prisão), com o pseudônimo de "Junius", o folheto "A crise da social democracia", que Lênin comentou em seu artigo "O folheto de Junius (julho de 1916).

Depois da Revolução de novembro de 1918, na Alemanha, partici-

pou como dirigente no Congresso constituinte do Partido Comunista alemão. Em janeiro de 1919 foi presa e assassinada por ordem do governo de Scheidemann.

Lênin, que lhe deu muito valor, criticou mais de uma vez seus erros (no que refere ao papel do partido, ao imperialismo, ao problema nacional e colonial, ao problema camponês, à revolução permanente etc), ajudando-a, com ele, a colocar-se em posições corretas.

Karl Liebknecht

Nasceu em 1871 e foi assassinado em 1919. Destacado militante do movimento operário alemão e internacional. Começou sua atividade no movimento socialista quando era estudante e lutou ativamente contra o oportunismo e o militarismo. No período da primeira revolução russa (1905-1907), exortou os operários a seguir o exemplo russo. Em 1912 foi eleito deputado ao Reichstag. Logo no início da Primeira Guerra Mundial, opôs-se firmemente a apoiar "seu" governo na guerra imperialista e foi o único que votou no Reichstag contra os créditos de guerra (2/12/1914). Esteve entre os fundadores e dirigentes da organização revolucionária "União Espartaco".

Em 1916, foi condenado à prisão. Durante a revolução de novembro, na Alemanha, junto com Rosa Luxemburgo, encabeçou a vanguarda revolucionária dos operários alemães; dirigiu o jornal Die Rote Fahne ("A bandeira vermelha") e foi um dos organizadores do Partido Comunista da Alemanha; um dos dirigentes da

insurreição dos operários de Berlim, em janeiro de 1919. Com a derrota, foi selvagemmente assassinado pelos bandos de Noske**.

Avaliando a atividade de K. Liebknecht, Lênin escreveu: "este homem é o símbolo de fidelidade de um dirigente aos interesses do proletariado e de lealdade à revolução socialista (...). É o símbolo de uma luta inconciliável contra o imperialismo, não em palavras, mas sim nos fatos...".

(Biografias extraídas do Tomo Complementar 2, Obras Completas, Lênin)

Discurso no ato em protesto pelo assassinato de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo 19 de janeiro de 1919

Breve comunicado à imprensa

"A burguesia e os socialtraidores estão hoje jubilosos em Berlim: conseguiram assassinar K. Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

Ebert e Scheidemann, que durante quatro anos conduziram os operários ao sacrifício no altar do saque, assumiram agora o papel de verdugos dos dirigentes proletários. O exemplo da revolução alemã demonstra que a "democracia" não é mais que um disfarce dos roubos da burguesia e da mais selvagem violência.

Morte aos verdugos!"

(Tomo XXX, Obras Completas, Lenin)

* bernsteinismo, termo que corresponde ao nome de Bernstein. Dirigente da ala oportunista da social democracia alemã e da II Internacional. Teórico do revisionismo e do reformismo, que combateu a estratégia marxista da ditadura do proletariado.

**millerandismo, termo que corresponde ao nome de Millerand. Político francês que encabeçou a tendência oportunista no movimento socialista francês.

***Noske foi um dos líderes oportunistas do partido social democrata alemão. Muito antes da Primeira Guerra Mundial se pronunciou em defesa do militarismo e no início da guerra imperialista votou pelos créditos de guerra.



O Partido e Sua Organização

Prosseguimos com a série de textos iniciada no Massas 162

As Frações

O partido garante a existência de frações, ainda que saiba que constituem germes de futuras cisões. Sua aparição não deve ser saldada com alegria, mas que se trata de um mal necessário. A primeira coisa a fazer é não se levar ao fracionalismo, razão porque se exige que as frações apresentem por escrito as idéias ao redor das quais se estruturam.

A partir deste momento, a discussão ao redor das idéias fica aberta a todo Partido e é obrigação das células se pronunciarem a respeito dos pontos de conflito, o que supõem que as organizações básicas do partido devem obrigatoriamente estudar as discrepâncias. Nenhuma célula poderá rechaçar o estudo de todas as posições e o normal é que em seu seio existam elementos da minoria e da maioria. Todas as células estão submetidas à direção e controladas pelos organismos superiores. Se um organismo de base fechar suas portas à direção ou à discussão (que supõem conhecimento) das idéias opostas ou proclamar-se que reconhece somente a direção de

sua fração, estaria dando um passo muito perigoso para a cisão.

Assim como as frações têm garantias para sua existência e difusão de suas idéias, há também obrigações que devem cumprir indefectivelmente e elas se referem a acatar disciplinadamente as resoluções dos Congressos e das Conferências Nacionais, do Comitê Central, dos Comitês Regionais e das direções celulares (se supõem que no interior da célula coexistam diferentes frações), ainda que estejam em discrepância com elas; desenvolver e defender no exterior a linha oficial partidária, se não o fazem e, contrariamente, propõem outra linha, estão incorrendo em divisionismo; difundir e estudar o órgão central do partido e toda a propaganda partidária (supõe-se que esta propaganda não coincida com todas as suas posições, por isto são frações).

O Centralismo Democrático impõe limitações às frações: constituem uma minoria que rechaça a linha adotada pela maioria, caso contrário já seriam direção; claro que a fração tem o legítimo direito de aspirar a ser maioria e por conseguinte direção. Sua atividade fra-

cional se circunscreve ao âmbito interior do partido, em nenhum caso pode editar seus próprios órgãos de difusão de suas idéias, nem podem reclamar que suas idéias revisionistas da linha oficial sejam acolhidas no órgão central ou nas publicações partidárias dedicadas às massas, pois isto contribuiria para assentar o caos em matéria organizativa e a reconhecer publicamente a existência de duas linhas. Daqui se deduz a impossibilidade das frações participarem na redação dos órgãos periódicos de circulação pública.

Pelo exposto acima, é evidente que os organismos de direção devem controlar a atividade dos grupos fracionais e conhecer os planos de suas atividades.

Internacional

Obras Completas de G. Lora

Prosseguimos com o resumo dos volumes

Volume XV (1964)

Neste volume, os textos procuram demonstrar o golpe que estava sendo preparado por Barrientos enquanto se colocava pela candidatura Paz-Barrientos, consumado em 4 de novembro de 64. Este tema é melhor analisado no folheto, transcrito também neste volume, "Perspetivas da Revolução Boliviana" e em "História Secreta da Conferência Mineira" (O Pensamento Político dos Mineiros): que foi uma contraposição à burocracia sindical que esperava desviar a ação operária para um pretenso Comitê Revolucionário do Povo.

Outros textos importantes são: "Trotsky e Bolívia", comentando um texto do "Le Monde" intitulado "Bolívia entre Washington e Trotsky"; "Recordemos a I Internacional", matéria do jornal "Masas" comentando o centésimo aniversário da Associação Internacional dos Trabalhadores e "Teses de Carabavi" adotada no 1º Congresso Regional Camponês e que procura demonstrar a necessidade da aliança operário e camponesa e o papel camponês nesta luta, a partir de uma análise do campo

Volume XVI (1965)

Aborda a luta contra o golpe Barrientos em "Abaixo a Bota Militar!"; e nas teses do XXI Congresso do POR "Abstenção Eleitoral

para Desmascarar as Manobras do Oficialismo", entre outros; no tomo também é comentada a crise estalinista com a quebra do PC espanhol e a posição de Mao na Ásia, comentando as diferenças entre o estalinismo russo e o de Mao, em "Aspectos da Crise Mundial do Estalinismo".

Uma série de matérias relata os assassinatos dos grandes mártires do trotskismo boliviano, César Lora e Isaac Camacho, pela ditadura Barrientos.

Além da transcrição dos textos teóricos "Como Construir a IV Internacional" e a "As Ondas da Revolução Permanente em Karl Marx"

Volume XVII (1966-1967)

Informa da rápida unificação do POR com os pablistas, que, diante da ditadura de Barrientos, se comprometeram com o programa e acordaram que o partido não seria ligado a nenhuma das frações que se diziam representar a Quarta Internacional. O processo de unificação foi assinado em março de 1966, dando início ao processo de unificação das células, mas que foi logo estancado ao se saber que o encarregado da juventude dos pablistas pertencia a um órgão de repressão - o Controle Político. Então, o POR rompe com o Pacto de Unidade. A partir deste momento, o pablismo internacional volta a atacar o trotskismo boliviano. Nesta mesma época, dava-se em Havana a Conferência da Tricontinental, onde o CODEP (Conselho Democrático do Povo, frente

formada pelo POR, o PCML e o grupo Espartaco, mais tarde a ala esquerda do PRIN [Partido Revolucionário da Esquerda Nacional - o racha da esquerda do MNR], o OSIN se integra a frente) foi impedido de participar.

Neste volume foi transcrito uma série de documentos sobre o parlamento entre os quais destacamos: "Lugar do Parlamentarismo", "A Abstenção Contra o Militarismo", "Parlamentarismo e Insurreição", "Tarefas dos Deputados Camponeses" e sobre a Educação, como: "A Frente Unida da Juventude Antimperialista Lutar pela Unidade Operária e Camponesa", "O Apoliticismo na Universidade Arma da Reação e do Imperialismo", "O Que Ocorre na Universidade".

Além destes estão transcritos os textos "Os Bolcheviques Apontavam Para a Tomada do Poder", "O Massacre de San Juan" e "O foco Guerrilheiro Não Resolve Por Si Só Todos os Problemas que Coloca a Revolução"



Poristas insistem na tomada do poder pelos operários

O jornalista de "Tiempos del Mundo" (24/12) intitula sua entrevista com Ascênsio Cruz com "A Utopia Trotskista Não Cede", da qual oferecemos um resumo:

As condições subjetivas e materiais estão dadas para a derrubada da burguesia, assegura o dirigente mineiro...

O POR considera que os milhares de desempregados da administração estatal ... no próximo ano, criarão as condições favoráveis para que os operários e setores oprimidos do país assumam o controle do Estado mediante uma revolução social.

Cruz, líder mineiro..., explica que esta ação deve ser executada o mais cedo possível, sobre a base da Tesis de Pulacayo, que é a sentença de morte para a burguesia. É o último mineiro que ficou em Sínglo XX...

"Bolívia não vai se transformar, não vai sair de seu atraso se não houver uma mudança social, se não substituí o capitalismo pelo governo da classe operária, pelo socialismo. Se a classe operária, e seus aliados, os camponeses, o povo empobrecido, não tomamos o poder, se não derrotamos a burguesia, não haverá solução para o nosso atraso, a opressão que vivemos como país e a opressão que vivem os aimaras, quechuas e outras nacionalidades oprimidas" agrega Cruz em uma recapitulação de uma consigna ideológica de quase meio século.

Sublinha que o porismo não abandonou esta posição e assegura que continua o trabalho de conscientização de seu programa em diversas camadas da sociedade, incluindo os militares. Segundo destaca, na instituição armada circula a publicação "Vivo Rojo" (Vermelho Vivo) para conseguir que oficiais, suboficiais e soldados facilitem a revolução social com o apoio das armas. Cruz, dedicado à venda de publicações neste engenho mineiro, anota que "os oficiais e as tropas do exército sofrem com a miséria de nosso país. É um exército que está sendo empregado como polícia, já não defende a soberania nacional, está sendo usado para matar bolivianos."

Condições Oportunas

Precisa que o clima propício para esta mudança poderia ser o anúncio governamental de demissões "em cifras alarmantes" a partir de 99. Assinala que "uns sete mil servidores dos ministérios públicos foram despedidos e outra quantia semelhante nas prefeituras. A soma total dariam uns quinze mil, o que significa que o desemprego vai agudizar, e a miséria também. Então a sorte das minas estatais está ligada a uma luta unida com todos esses setores, com todo o conjunto que está atravessando esta crise capitalista, que causa a miséria, os baixos salários, a falta de trabalho."

Papel da Central Operária Boliviana

Para conseguir este objetivo, Ascênsio Cruz afirma que "os dirigentes sindicais e políticos devem buscar que a Central Operária Boliviana (COB) reassuma a linha revolucionária, que retome as Tesis de Pulacayo de 1946" e tratem de restabelecer a linha da Assembleia Popular de 1970" que fracassou por um golpe preventivo da burguesia e da direita, que se adiantou aos movimentos táticos da COB".

Internacional



Intensifica a miséria na Ásia

A crise no Sudeste Asiático empurrou milhões de trabalhadores para a situação de miséria total. Os dados sobre a pobreza nessa região foram apresentados pela OIT, organismo manietado pelos países imperialistas. Não para combatê-los, mas sim como ele mesmo diz, como "alarme" aos governos. O autor do estudo chega a conclusão de que é necessário buscar um "modelo de desenvolvimento mais social". Esse pacto social deve garantir "mais democracia e proteção social", segundo ele, essenciais para superar os efeitos da crise. Na verdade, trata-se da pressão para que os governos subcrevam as resoluções da OIT, como forma de amenizar a tendência geral das massas de se rebelarem contra o de-

semprego, a brutal exploração do trabalho e as condições de miserabilidade do povo.

Porém, os dados apresentados mostram bem a situação de desagregação do capitalismo e as contradições próprias do sistema. As agudas crise têm se tornado mais frequentes e permanentes. O Sudeste Asiático, que num passado recente era tido um modelo de capitalismo que deu certo, do dia para a noite tudo se desfez. Boa parte das fábricas se quebrou e milhões de trabalhadores estão desempregados.

Diz o estudo que a situação mais dura é a da Indonésia. A produção teve uma queda de 15%, "reduzindo a pó décadas de esforço de modernização da economia". Essa redução, destruiu 20% dos postos de trabalho. São 5 milhões de desempregados que se somam aos 2,8 milhões de jovens que entram anualmente no mercado de trabalho. Esses 7,8 milhões são acrescidos com mais 5 milhões de desempregados no ano de 1997. O que faz com que esse país conte, somente este ano, com 40 milhões de pessoas na mais cruel pobreza. São 20% da população.

Na Coréia do Sul, o desemprego triplicou nos últimos nove meses. Há uma

estimativa de que 12% da população está mergulhada na pobreza. A Tailândia não fica atrás. O desemprego cresceu violentamente e, com isso, 12% da população se somarão com os 16% de pobres já existentes.

Como se vê, a crise no Sudeste Asiático foi descarregada sobre as massas trabalhadoras, que têm como única possibilidade de existência o seu trabalho. O fechamento de fábricas e a destruição de postos de trabalho têm sido um dos receiptuários mais comuns da política imperialista para crise do capitalismo. A OIT, que apresenta os dados de desemprego e pobreza, é o organismo de defesa da continuidade do sistema de exploração do trabalho, o capitalismo. Faz demagogia diante da gravidade da crise. Diz que é preciso que os governos nacionais e internacionais tenham "flexibilidade fora do comum", isto é, aumentem as despesas sociais e introduzam o seguro-desemprego, como forma de "atenuar" a pobreza. Essas medidas paliativas, acrescidas do "contrato social" só servem para obscurecer a necessidade histórica de pôr abaixo o capitalismo, raiz das crises e da pobreza.